

Entre a tradição e a resignificação: o feminino diante da infertilidade (e as novas tecnologias conceptivas)

DOI: 10.3395/reciis.v2i2.140pt



Izis Moraes Lopes dos Reis

Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
izislopes@hotmail.com

Resumo

Este artigo analisa como os significados dados ao feminino podem e são (re)construídos diante da possibilidade de uma situação de vida em que a infertilidade se faz presente. Envolve questionar o que significa ser mulher na sociedade brasileira. A pesquisa foi realizada com jovens mulheres universitárias da Universidade de Brasília, com idade entre 18 e 25 anos. O debate se centra na análise sobre a existência de uma corporalidade feminina específica que é rompida quando a infertilidade é projetada como possível experiência. O artigo contém discussões sobre gênero, construção e retenção de significados objetivos, paralelos com teorias sobre deficiência e estudos sobre novas tecnologias reprodutivas.

Palavras-chave

significados do feminino; gênero; infertilidade; novas tecnologias reprodutivas

Introdução

A saúde vem se constituindo para as Ciências Humanas e Sociais como um espaço privilegiado de debates sobre as relações entre saúde, doença, corpo e cultura. A sexualidade, o corpo, a construção de identidades através da experiência corporal — dos processos doença e cura — têm sido foco de estudos de disciplinas como História, Sociologia e Antropologia e, mais recentemente Serviço Social, teorizando-se sobre conflitos, problemas, impacto

das relações de poder no acesso aos serviços de saúde e à construção de significados coletivos e individuais sobre o corpo e as formas de se colocar no mundo.

Este texto tem como objetivo analisar discursos de jovens mulheres sobre uma possível experiência com a infertilidade, os sentimentos demonstrados e os impactos destes na construção identitária feminina. A infertilidade, como aparece nas falas das jovens universitárias, estudantes da Universidade de Brasília (UNB), impõe um debate sobre a ruptura dos marcadores do feminino nesta socie-

dade, traduzindo-se isto no discurso sobre a experiência da dor e da deficiência. Baseado em discussões sobre a criação e a retenção de significados, individualidades e mundo social de autores como Alfred Schütz e Georg Simmel e nos debates sobre relações de gênero, este texto busca compreender quais são os significados dados ao mundo feminino pelas mulheres entrevistadas e quais seriam os mecanismos de reconstrução do sentido da vida feminina após a experiência da infertilidade.

Ao final, algumas considerações sobre programas de reprodução humana assistida são tecidas, em conexão com discussões presentes ao longo do texto e com as falas das mulheres entrevistadas. Aponta-se, por ora, que as novas tecnologias reprodutivas conceptivas se encontram em um lugar paradigmático que permite muitas indagações sobre o papel da saúde pública, o lugar social de mulheres e como construir políticas de saúde em um país com profundas desigualdades sociais. Já que o texto tem como objetivo principal mostrar algumas possibilidades analíticas emergentes com a pesquisa, escolheu-se fazer este paralelo entre falas e utilização de tecnologias conceptivas quando esclarecidas algumas questões teóricas (e respostas parciais) sobre o tema.

A pesquisa-base para este artigo foi realizada em meados de 2004, na UnB, com estudantes, homens e mulheres, de 18 a 25 anos, dos diversos cursos. Foram aplicados questionários com cinco questões, de livre resposta, ou seja, os próprios participantes respondiam discursivamente às perguntas. Para fins desta análise, somente as respostas de mulheres e referentes à pergunta sobre infertilidade foram utilizadas. A pesquisa não foi enviada a um Comitê de Ética em Pesquisa, já que era procedimento pouco conhecido em Ciências Humanas. Mesmo assim, no momento do pedido às pessoas para que respondessem ao questionário era informado o motivo da pesquisa e a liberdade de participação na mesma: na primeira página do questionário havia um termo de consentimento livre e esclarecido e só respondia a ele quem se sentisse confortável para tal. Ainda, não havia identificação por nome que pudesse vincular respostas às pessoas.

O que é ser mulher diante da infertilidade?

A pergunta clássica de Simone de Beauvoir, “*o que é uma mulher?*” (Beauvoir 1974), é constante nos estudos sobre mulheres, relações entre os gêneros, teoria e movimento feminista. Embora de difícil resposta devido à diversidade de mulheres em diferentes sociedades e culturas, ou ainda à multiplicidade de concepções sobre o alcance do conceito gênero dentro da própria ciência é impossível deixar de pensar que existe algo, construído socialmente, próprio de mulheres para/em alguns grupos sociais. É esta significação da categoria mulher, para a sociedade brasileira, que se torna foco desta análise.

A dificuldade de responder a esta pergunta, em especial para o movimento e para teóricas feministas, relaciona-se com o compromisso político de questionar o que é ser mulher. A diversidade de significados dados

ao feminino em cada localidade e o compromisso de não essencializar esta categoria são entraves (ou desafios) para que a classificação “mulher” seja consensual para feministas. Entretanto, isto não quer dizer que o feminino não possua significados mais ou menos definidos e compartilhados por pessoas pertencentes a grupos sociais específicos.

O problema da não essencialização se coloca, por exemplo, na abordagem teórica de Linda Alcoff (2001), ao indagar sobre os limites da criação de políticas para mulheres pautadas em uma idéia de identidade fixa. Alcoff se preocupa em demonstrar que esta maneira de formular políticas leva, necessariamente, a uma utilização fixa do que é ser mulher, causando, às vezes, a criação de um modelo paradigmático do feminino que não condiz com a realidade – que é múltipla e fraturada. Para resolver esse problema de definição do que seria mulher, a autora propõe que se rediscutam formas de ação em que uma política feminista seja feita a partir da perspectiva de afinidades, contornando a falta de concretude de uma suposta identidade feminina.

Para esta autora, a arbitrariedade nas definições do masculino e do feminino é responsável pelo bloqueio de ações políticas pautadas em identidades, já que estas seriam baseadas em uma fixidez imaginária de um grupo, enquanto, na realidade, os conceitos e categorias sociais são fluidos e mutáveis – além de não serem universais. As políticas de afinidade, ao contrário das de identidade, se esforçariam para articular demandas e interesses diversos dentro de um momento histórico particular. A proposta para políticas feministas, por exemplo, seria tomar como ponto de partida a necessidade de igualdade de gênero sem a necessidade essencializar categorias. Ou seja, combinar a identidade construída sócio-culturalmente, com a posição particular dos sujeitos no sistema social. Desta forma, pode-se desviar do problema de pensar políticas que exijam identidades fixas diante da arbitrariedade das noções e significados socialmente construídos.

Se combinarmos o conceito de política de identidade com uma concepção de sujeito como a posicionalidade, podemos conceber um sujeito não essencializado e que surge de uma experiência histórica, e também refazer a possibilidade política de tomar o gênero como ponto de partida importante. Assim, podemos dizer que o gênero não é natural, biológico, universal, histórico nem essencial e, ao mesmo tempo, insistir que o gênero é significativo porque o tomamos como uma posição desde a qual atuamos politicamente (Alcoff 2001: 103).

Esta busca pela não essencialização de conceitos e indivíduos está igualmente presente nas perspectivas teóricas de Simmel e Schütz, para os quais nem indivíduos nem sociedades estão presos em uma rigidez de significados ou regras sócio-culturais. Utilizando a perspectiva destes dois autores, pode-se no momento retornar à pergunta de Beauvoir e dizer que sua resposta parcial “*mulher é um útero*” não está totalmente equivocada. Em uma determinada sociedade, como a francesa ou a brasileira, ser mulher possui significados compartilhados por seus membros. Entretanto, antes de problematizar o significado de ser mulher nestas sociedades, vale compre-

ender à luz dos ensinamentos de Schutz (1979) e Simmel (1971) como este significado é produzido e reproduzido ao longo do tempo: através de que processos, individuais e coletivos o significado é construído?

O mundo humano é constituído por interações sociais nas quais significados são criados, revisados e ensinados. Ser humano é ser condenado à complexidade: uma personalidade é formada por uma multiplicidade de significados que atravessam os indivíduos. Não há, assim, rigidez ou fixidez individual, embora os sujeitos não sejam seres flutuantes ou sem fronteiras. A individualidade, tal como aparece para Simmel, é construída na síntese entre indivíduo e sociedade, na inserção individual em grupos variados. A singularidade é a mistura entre seu caráter livre e sua figura social (Simmel 1971: 13).

E, se é possível afirmar que o indivíduo não se esgota nas regras do jogo social, é imperativo compreender que ser humano é existir em interações com regras mais ou menos definidas de interpretação da realidade. Interagir é estar num mundo intersubjetivo, ou seja, em que os diversos *selves* se colocam em relação e se compreendem minimamente. Isto significa que existem códigos de orientação e interpretação deste mundo que permitem atribuir significado a ele (Velho G, Viveiros de Castro E *apud* Teixeira 1991: 11).

Para Schutz, a existência de significados múltiplos não impede o pertencimento a um grupo definido. O pertencimento implica ter interesses semelhantes acionados, sentimentos e valores compartilhados. Os grupos sociais podem ser existenciais — criados historicamente e nos quais o pertencimento independe da vontade individual — e voluntários, nos quais os indivíduos adentram por sua própria vontade e construção biográfica. Ser mulher é pertencer a um grupo existencial: nesta sociedade, não se escolhe ser mulher.

...o significado subjetivo que o grupo tem para seus membros consiste em seu conhecimento de uma situação comum e, com ela, de um sistema comum de tipificações e relevâncias [compartilhadas] com os outros membros do grupo [que] define papéis sociais, as posições e o *status* de cada um. [...] Nossa descrição vale tanto para: a) grupos existenciais, com os quais compartilho uma herança social; e b) os chamados grupos voluntários que eu formo ou aos quais me associo (1979: 83).

Os significados objetivos são aqueles que estão além do indivíduo e que permitem-lhe compreender o mundo exterior. São construções que vêm de fora e que definem o pertencer a uma categoria. O significado dos eventos, coisas e indivíduos é o cruzamento entre uma visão de dentro, subjetiva, com uma visão de fora marcada pela definição alheia ao grupo. E, mesmo se emancipando dos indivíduos não são fixos nem tampouco eternos. Esta objetividade que se impõe aos seres humanos pode ser pensada, questionada e remodelada pelas pessoas.

A realidade é formada por sujeitos em ação que podem estranhar o mundo naturalizado, já que este é repleto de nuances, horizontes e movimentos; por isso passível de mudanças e resignificações. Esta atitude na-

tural, em Schutz, não pode ser confundida com o senso comum de biologia ou natureza ecológica. O natural em si já é significado mas aparece no cotidiano como impensado: “é o mundo de objetos bem delimitados” (1979: 72). A atitude natural é o guia pragmático da vida cotidiana, o estoque de conhecimento à mão, um código de referência para a ação.

Para Simmel, assim como para Schutz, os indivíduos vivem em inter-relação. Para os autores, as individualidades são construídas na interseção entre interações determinadas ou padronizadas e a autonomia individual, em que nem singularidade e nem sociedade se esgotam um no outro. Há dimensões em ambos que escapam à compreensão de todos os indivíduos. A impossibilidade de conhecer o outro em sua integralidade é característica da Sociologia de Simmel assim como é característica do pensamento de Schutz.

Embora os dois sociólogos dêem ênfase às liberdades individuais para construir significados, ambos trabalham com a idéia de que seres humanos tipificam. As experiências não cabem em modelos e tipos ideais, mas nós os formulamos. A criação de tipologias possui uma dupla função: é a constatação da impossibilidade de conhecer o outro em sua plenitude e, ao mesmo tempo, uma projeção ou generalização é a possibilidade da compreensão entre pessoas que interagem. Um tipo ideal é mediador entre o indivíduo e a sociedade, entre a experiência subjetiva e a realidade palpável.

Vemos as outras pessoas generalizadas, na mesma medida. Isto é assim, talvez, porque não podemos representar a nós integralmente uma individualidade desviante da nossa (Simmel 1971: 17).

O que poderia ser chamado *mulher*? Ser mulher é tipificar, descrever ações e comportamentos que não correspondem exatamente ao real, mas que criam a capacidade de antecipar eventos. A tipificação do feminino permite dizer às mulheres como irão agir diante de situações sociais diversas, ainda que exista diversidade de possibilidades de ações individuais. Uma das perguntas que podem ser feitas: qual a realidade social construída pelos membros desta sociedade para mulheres? Ou talvez, qual a realidade social construída por mulheres para elas próprias? A resposta caminha unida à idéia de que o mundo feminino, mesmo com diversidades e dificuldades de definição de um conceito consensual, não é caótico — assim como nenhum mundo o é. O feminino é inteligível, permitindo a compreensão mútua dos membros sociais sobre o que é.

A pesquisa realizada para esta análise parece ter sido uma forma de suspensão do fluxo de vida das jovens universitárias que se depararam com a necessidade de pensar sobre uma experiência de vida que não necessariamente havia ocorrido. O método de pesquisa foi a aplicação de um questionário de escrita livre no qual as jovens deveriam responder espontaneamente e por si mesmas à pergunta: “Se você fosse informada pelo seu médico que é estéril, como se sentiria? Por quê?”. Responder a uma pergunta que, na verdade, é uma suposição sobre o futuro, um “projeto” no sentido de um exercício reflexivo

sobre o que virá, é uma forma de romper com a corrente cotidiana do pensar o que é ser mulher, revelando uma concepção definida (embora com nuances diversificadas) sobre o feminino.

As jovens entrevistadas projetam para elas e para outras mulheres um tipo universal de mulher, mostrando que as amarras em interações e significados sociais são fortes e não permitem um *core* absolutamente livre e autônomo. Para além de um significado subjetivo, ou seja, aquele atribuído pelo próprio sujeito envolvido na ação a si mesmo, as respostas das mulheres indicam um significado objetivo, uma resposta parcial à pergunta de Simone de Beauvoir.

O tipo ideal projetado pelas mulheres-sujeitos da pesquisa demonstra os princípios que orientam o olhar; marcas construídas em interações face a face com contemporâneos e com a própria história desta sociedade em que o mundo feminino projetado parece coincidir com a perspectiva majoritária de teorias dos estudos sobre relações de gênero. Estas teorias demonstram que a categorização normativa do ser mulher, na maioria das sociedades conhecidas, ainda está relacionada à idéia de reprodução biológica e social (Ortner 1979), sendo reconhecida socialmente por meio de sua capacidade fértil.

Um pouco decepcionada, pois qualquer mulher tem o sonho de ser mãe. Mas não me desesperaria, pois ainda há a chance de adotar. (M52).

Como Michelle Rosaldo e Louise Lamphere (1979) apontam, somente o dado biológico, ou seja a existência de uma genitália feminina e órgãos aptos à reprodução biológica, não é suficiente para explicar a inserção de mulheres nas sociedades, tampouco é suficiente para explicar porque as mulheres vêm sendo definidas a partir de sua capacidade reprodutiva. Somente a anatomia feminina não é capaz de dizer porque, desde a antiguidade, são a fertilidade, a fecundidade e a maternidade os marcos da sociabilidade feminina. Para Rosaldo e Lamphere (1979), os dados biológicos, ou seja, as anatomias humanas feminina ou masculina, só adquirem significado sócio culturalmente.

A fertilidade, como categoria biológica torna-se o marco da socialização feminina, fazendo com que as noções identitárias de mulheres na maior parte das sociedades estejam pautadas na idéia de um corpo apto à reprodução. O feminino é modelado pelas elaborações sobre as funções reprodutoras das mulheres, estabelecendo o lugar a ser ocupado socialmente por elas.

A fala citada acima parece interessante para elaborar e exemplificar esta formulação. A referência da jovem explicita uma forma de inserção de mulheres na vida social que passa pela filiação e, ao afirmar que não se desesperaria, pois existe a possibilidade de adoção, a entrevistada reforça um tipo de feminidade hegemônica em que a maternidade, mesmo quando não há reprodução biológica, permanece como marco definidor do ser mulher.

Ressalta-se aqui que a adoção é referida como uma das formas de contornar a infertilidade, entendida

como um problema. Adotar uma criança não é primeira opção para a constituição de uma vida familiar. Há valorização da parentalidade como consanguinidade, o que é importante ter em mente para se compreender o desenvolvimento de tecnologias (e comércio destas) para viabilizar a concepção, em que a ausência de filhos passa a ser abordada não mais como um problema de mulheres, homens ou casais infecundos mas como um problema da medicina. Ainda, o tratamento médico disponível é, como a adoção, um contorno à situação de infertilidade, já que não há cura: homens e mulheres inférteis assim permanecem mesmo após passarem, com sucesso, pelos programas de reprodução assistida. De qualquer forma, há um caminho preferido, criando-se estágios ou etapas para a solução da hipo/infertilidade.

Me sentiria mal, porque todos queremos ter filhos. Mas, procuraria um tratamento e, em último caso adotaria. Acredito que tudo tem solução. (M03).

Em uma sociedade na qual a sociabilidade feminina é em grande parte condicionada pela possibilidade de reprodução, quando uma mulher se depara, em um momento de sua vida, com a impossibilidade de se reproduzir biologicamente, ou seja, quando uma mulher se depara com a infertilidade ao desejar a maternidade, é possível que uma ruptura do significado objetivo dado ao feminino aconteça. Quando isto acontece, sentimentos negativos são gerados nas mulheres em relação a si mesmas. A valorização da reprodução e a afirmação da feminidade partir da idéia de que mulheres estão naturalmente colocadas para a maternidade, fazem com que estas, ao desejarem um filho biológico e serem inférteis, se deparem com o trágico. Este seria a ausência da certeza moral, produzida socioculturalmente, de que as mulheres devem reproduzir-se. Como aponta Debora Diniz (2001), o trágico está na esfera do acaso, onde a construção da verdade está impossibilitada ou é rompida.

O acaso da infertilidade no ciclo de vida de mulheres pode ser a ruptura do sentido da vida feminina nesta sociedade, fazendo-as experimentar a dor do absurdo, ou seja, o sem sentido. O absurdo, no entanto, exige novas significações e inserções morais nos grupos sociais, já que “a total ausência de moral demanda o estabelecimento de uma relação desnuda com o real, tarefa impossível de ser executada sem que se resulte na auto-aniquilação do gênero humano” (Rouanet 2001: 13).

O significado dado ao feminino pelas mulheres entrevistadas está envolto por características históricas, sociais, culturais e individuais que não permitem a compreensão das mulheres, da infertilidade e do próprio feminino se desconectados da idéia de um mundo formado por interações. Utilizando a dualidade forma/conteúdo de Simmel, pode-se arriscar dizer que a mulher seria a forma que tem seus conteúdos atualizados em momentos específicos. E um dos momentos em que há necessidade de atualizar os conteúdos do feminino é o momento de ruptura do “estoque de conhecimento à mão”. Quando o esquema anterior já refletido passa a ser conflitante com novas situações surgidas na vida de mulheres, como

a possibilidade da infertilidade, uma nova atribuição de significados é exigida.

Os discursos das mulheres indicam como característica marcante do feminino o imperativo da reprodução biológica. Na maior parte das entrevistas (25 questionários, dentre 58) esta necessidade traduz-se em desejo e sonho de ter filhos biologicamente vinculados. As falas das mulheres revelam-se normativas, contendo a lógica feminino-maternidade como confirmadora da feminidade, e são universalizantes. O desejo de ser mãe é remetido a todas as mulheres, o que indica a solicitação de uma natureza feminina que se confunde com capacidade biológica de reprodução, na criação de sentido para a experiência do feminino.

Entretanto, as falas das mulheres também demonstram dificuldade de criar um novo estoque de conhecimento no qual uma outra concepção radicalmente diferente sobre o feminino possa existir. A centralidade da reprodução biológica e social sendo definida como a parte mais importante da identidade feminina não permite pensar a infertilidade como uma situação comum ou possível. O que surpreende é que projetar serem informadas da impossibilidade de filhos consanguíneos gera sentimentos depreciativos e as retira, ao menos neste momento, de pensar em uma existência social plena, revelando sentimentos de tristeza e inadequação.

O abalo emocional seria tão grande quanto o de perder um filho. Por não conseguir realizar um sonho, como é o meu caso, de ter um filho. Além do fato de que a maternidade é algo que confirma a feminilidade e minha existência como mulher. É um fato extremamente inibidor desse exercício. (M24).

A maior parte destas jovens mulheres parece se deparar com a incapacidade de realocar o feminino, reintegrando sua definição à esfera da reprodução. Repensar o feminino não quer dizer somente resignificar vidas individuais. Diante do fato de que os significados são construídos nas interações entre indivíduo e sociedade, não é possível criar novos estoques sem que a dúvida, o conflito e a angústia da falta de sentido existam. Desta forma fica claro que a diversidade de significados é limitada sócio-historicamente: a mudança do significado só se faz possível dentro de um universo conhecido.

Mal, pois não poderia conceber uma vida, uma das coisas de mais importantes na vida de uma mulher. Não poderia ensinar, criar, conviver com essa criança. Seria horrível! (M33).

Triste, porque tem-se a sensação de perda de função biológica que implica em instintos que não poderiam ser concretizados sem a gravidez. (M05).

Não posso dizer que tenho toda a certeza da forma que iria reagir, pois é um assunto muito complicado, por mexer no sonho que a maioria das mulheres tem desde crianças, até pela criação que tem. Acredito que ficaria muito triste e ficaria muito abalada, me sentiria humilhada, mas tentaria entrar em um grupo de mulheres que passam pela mesma coisa, e quando tivesse condições de criar um filho, adotaria uma criança [...]” (M32).

As respostas permitem uma discussão sobre um tipo de corporalidade específica colocada para o feminino e que se rompe. A anatomia e os sentimentos valorizados e que fazem parte da construção existencial de mulheres encontram entraves para sua concretização. O cuidado, o amor, a gravidez, a mudança corporal aparecem como marcadores difíceis de serem relegados a outro plano que não o principal. A resposta M32 não nega a existência de uma capacidade natural, mas relaciona-a ao que socialmente é esperado como o papel das mulheres. Esta entrevistada parece conseguir fazer um movimento de resignificação do feminino quando não coloca o desejo por filhos no plano do absoluto, o que demonstra formas diferentes de pensar e viver como mulher. Contudo, também mostra que o significado objetivo sobre o feminino, assentado na reprodução, a faria se sentir humilhada diante de interações sociais específicas que cobrariam esta capacidade realizada.

Decepcionada. Porque possuo uma vontade de exteriorizar o valor de meu sentimento com meu parceiro. Um filho é a produção do carinho e do amor. (M06).

Os discursos apresentados pelas mulheres levam à hipótese de que as experiências da infertilidade e da deficiência estão muito próximas. Idéias de debilidade, frustração, culpa, impotência e incapacidade são recorrentes nas respostas das mulheres ao explicarem suas emoções diante da possibilidade da infertilidade (doze questionários citam pelo menos um destes sentimentos). As mulheres projetam uma identidade feminina como um modo particular de experimentar a vida corporificada e deparar-se com a fratura do que construíram para si e para os outros sobre o que é ser mulher causa a dor e o sentimento de ser menos mulher, pertencer menos à categoria a qual antes se sentiam plenamente capazes de fazer parte.

As emoções acima citadas remetem a uma idéia de lesão, a partir do momento em que as mulheres entrevistadas relataram a perda de uma capacidade biológica como desvantagem e interpretam esta incapacidade como debilidade para a vida social. No jogo social, estas mulheres se deparariam com uma situação em que seus corpos seriam socialmente inaceitáveis, ou pelo menos, inferiorizados. Se a definição de ser mulher está condicionada à existência da capacidade reprodutiva, quando esta desaparece a inferiorização do corpo feminino infértil aparece como um resultado possível. Cria-se uma lacuna no *status* social de feminino, um espaço vazio em suas definições identitárias. O momento que seria privilegiado para o recorte da experiência para a construção de uma nova forma de se portar e se reconhecer no mundo, coincide com a ruptura do feminino.

Acho que me sentiria menos mulher, uma vez que vejo como a maior virtude da mulher a possibilidade de gerar um novo ser, de ser mãe [...]” (M53).

De acordo com esta fala, pode-se afirmar que a maternidade está localizada no plano da virtude, ou seja, no campo moral, mas, as mulheres não a desvinculam da idéia de uma essência ou natureza biológica: a ontologia

do feminino refere-se às duas esferas interconectadas. É esta relação íntima que se apresenta como a causa do sentimento relatado de incapacidade para a plenitude da vida social, mesmo que não haja nenhum impedimento físico e/ou cognitivo para a realização de seus anseios, desejos e expectativas. A idéia de um feminino completo apareceu nas respostas vinculadas à não perda da capacidade reprodutiva, mesmo que esta não fosse utilizada ao longo da vida, como seria o caso de não haver escolha por ter filhos.

Um pouco triste por não ter a opção de escolher entre ter ou não ter filhos, mas, com certeza seria adepta da adoção. (M03).

“Mulher é um útero”, portanto, não está muito distante do significado objetivo do feminino para mulheres jovens universitárias brasileiras. O corpo completo sai do palco e entra em cena um corpo inferiorizado. O corpo como unidade limitadora das experiências é a única possibilidade de estar no mundo: só através dele é que as experiências se tornam acessíveis. A valorização desta moldura como biológica e reprodutora aloca-o com um papel definido nas interações sociais de forma que a separação entre ser e o mundo já está significada. O corpo feminino infértil mostra-se como a transgressão moral e corporal do que é ser mulher, sendo esta mesma transgressão possível somente porque o feminino é calcado em uma idéia específica de natureza-reprodução.

Não sei falar objetivamente como me sentiria. Mas provavelmente debilitada, porque perderia uma função biológica relativamente comum a todo indivíduo. (M28).

Muito mal. Perder algo assim é muito frustrante e traz sensação de impotência. (M09).

Em um único questionário, o significado corrente do feminino é questionado:

Encariaria normalmente, pois, se quisesse filhos, adotaria. No entanto, me irritaria o sentimento de pena provindo da sociedade, uma vez que para esta, ser fértil é obrigação da mulher. (M38).

Este questionamento parece corroborar que o sentimento de deficiência experimentado pelas mulheres em situação de infertilidade é gerado pelas relações sociais das quais as mulheres fazem parte. Para esta resposta, a sociedades, as regras ou as expectativas sociais seriam responsáveis pela não plenitude da participação social de mulheres quando da infertilidade, uma vez que o significado objetivo para o feminino impõe um tipo de corpo específico. Para a mulher acima não parece haver problema na infertilidade em si, revelando uma possível capacidade de relativizar o feminino ao desconectar maternidade de corpo apto a reproduzir. A resposta demonstra a possibilidade da diversidade de significações subjetivas sobre as pessoas e situações.

Entretanto, gostaria de ponderar duas coisas além desta possibilidade de assentar o feminino em outras bases. A primeira se refere à separação entre mulheres e seus pares sociais quando a infertilidade é colocada; M38

reconhece porque algumas mulheres seriam apartadas (por si mesmas ou pelos outros) da vida social por não conseguirem ter filhos biologicamente vinculados ao compreenderem a si mesmas como anormais. A segunda, se refere ao fato de que não necessariamente a adoção é a afirmação de femininos não hegemônicos, podendo ser compreendida como meio de redenção e reafirmação da necessidade de ser mãe nas mais variadas formas.

Completamente arrasada e desolada. Seria uma das maiores decepções da minha vida. Eu, com certeza, iria adotar uma criança, mas acho que sempre seria frustrada por não conseguir gerar uma, assim como muitas mulheres. (M04).

Sendo assim, visualiza-se ao menos três possibilidades analíticas trazidas pela fala descrita. A não necessidade de ser mãe, não havendo problemas com a infertilidade. A possibilidade de adoção como alternativa para garantir a realização do desejo de ser mãe como reafirmação ou como ressignificação da maternidade. E, ainda, a infertilidade ter o poder de fazer com que as mulheres sintam-se deficientes. Deficiência esta não causada por uma lesão corporal ou doença medicamente comprovada que as retiraria a capacidade reprodutiva mas, principalmente, pelo valor social em torno da fertilidade feminina.

Do ponto de vista médico ou biológico não é necessária a existência de lesão em si¹ para a infertilidade – também porque, nesta pesquisa, se está falando de uma projeção. Só existe paralelo possível com a deficiência porque o aspecto sócio-cultural é colocado em pauta: uma ausência involuntária de filhos quando a lógica feminino-natureza-reprodução é regente das definições do gênero feminino. Estas normas imperativas e universalizadas dificultam outras realizações (ou pensamentos sobre elas) do feminino desconectadas da reprodução, sem que isto acarrete em estigmatizações negativas para as mulheres.

Ressignificar o feminino representa, para estas mulheres, realocar-se. Para isto, a marca do hábito na compreensão do feminino deve ser enfraquecida ou mesmo desaparecer. A infertilidade, pelo menos por um momento, pode causar a desestabilização do significado objetivo do o que é ser mulher, afetando as construções pessoais de sentido da vida. Porém, para a confirmação desta hipótese há necessidade de mais pesquisas sobre trajetórias de vida individual e coletiva de mulheres antes e depois da infertilidade. Importante aqui é lembrar que há um momento de crise da realidade conhecida que parece transformar as mulheres em estrangeiras dentro de suas próprias casas, em seus próprios corpos. Não há mais mapa que dê conta da nova forma de vivenciar a feminidade neste mundo e a ressignificação aparece como modo de dar continuidade à vida individual; já que o código de orientação é rompido, as receitas para o cotidiano tornam-se ultrapassadas.

Péssima! Sempre quis gerar um filho. Iria demorar para me adaptar a nova situação. (M01).

Dizer que há quebra do feminino ou que a infertilidade coloca mulheres entre a tradição e a liberdade

de resignificação é assumir que a descoberta da infertilidade é a possibilidade do acaso e do desengano sobre concepções prestabelecidas. A certeza apresentada pelas jovens sobre o que é ser mulher é colocada em xeque exigindo a recriação de si mesmas. Cada mulher, em sua singularidade, há de buscar a redefinição do sentido de vida feminino nesta sociedade, uma reorientação para sua vida. Porém, o novo sentido criado tem que ser condizente com alguns significados objetivos presentes no jogo social. A existência de *public mind experiences* impede que as significações do mundo estejam totalmente descoladas da vida de interações.

Ser mulher é estar inserida em um grupo existencial e a resignificação do feminino deve formar-se dentro deste grupo. A categoria mulher não é colocada em vias de extinção ou esfacelamento por causa do desengano ou do absurdo da ruptura da identidade preconcebida devido à infertilidade. Por isto, neste momento da pesquisa, o discurso das mulheres parece situar o corpo infértil como inferior mais que indicar um novo significado para o ser mulher neste mundo. A pesquisa demonstra que a liberdade do ego não prevalece sobre a natureza, como Simmel aponta para a pergunta de Kant². A opressão da natureza e da história pouco possibilita a criatividade plena na produção de significados novos para o feminino. A herança ainda parece prevalecer: as mulheres ao pensarem na condição de serem inférteis não constroem uma nova idéia de mulher e não se retiram da categoria mulher; ainda são estas mulheres, e mesmo inférteis, seriam mulheres-inferiores!

Estas jovens que participaram da pesquisa vivem em uma configuração social específica que oferece possibilidades e limites para a experiência do feminino. Dentre estas configurações ressalta-se que, na última década, as mulheres tiveram reconhecida a garantia dos chamados direitos sexuais e reprodutivos. Estes compreendem o exercício seguro da sexualidade feminina assim como a garantia de um processo reprodutivo seguro e prazeroso. O debate sobre tecnologias reprodutivas insere-se nesta área e uma das mais polêmicas discussões sobre o tema é se ter filhos é um direito e, se diante da infertilidade a saúde pública deve prover programas de reprodução assistida.

Na saúde pública brasileira, os programas de reprodução assistida têm sido criados em hospitais universitários e alguns públicos, já que estes são os grandes centros de pesquisa em medicina no país. E, como aponta Marilena Corrêa (2001), a utilização das tecnologias reprodutivas em muito se aproxima da condição de experimentação das pesquisas em seres humanos, devido ao desconhecimento dos riscos e sucessos das técnicas aplicadas, assim como por causa do rápido desenvolvimento científico-tecnológico na área que dá um caráter constante de testagem das novidades tecnológicas.

Entretanto, nos últimos anos, alguns hospitais públicos desvinculados de universidades (como o Hospital Regional da Asa Sul, DF) têm aberto programas de reprodução assistida, além da proliferação de clínicas privadas especializadas, o que garante às técnicas legitimidade

perante à população. A demanda por estes programas ao Ministério da Saúde foi iniciada em meados da década de 2000 e em 2005 este órgão anunciou proposta de regularizar a oferta de procedimentos de reprodução assistida no SUS (Garrafa 2007). Embora a utilização dessas tecnologias ainda não seja regulamentada no Brasil por lei federal³, a criação desses programas na saúde pública garante legitimidade das técnicas perante a sociedade brasileira. Isto porque, nas sociedades democráticas a esfera pública representa o local do que seria aceito por toda a comunidade. A própria idéia do público refere-se ao que é comum. A criação de políticas públicas de reprodução assistida permite inferir que a utilização das tecnologias reprodutivas é aceita em um consenso por toda ou pela maioria da população do país.

A existência de hospitais públicos com programas de reprodução assistida demonstra a tentativa de democratizar o acesso às tecnologias reprodutivas que são caras e com poucas chances de sucesso. Democratizar significa tentar fazer com que pessoas de várias classes sociais tenham garantia de satisfação do desejo de ter filhos, com base nos princípios do nosso sistema público de saúde, em especial, a universalidade do acesso aos serviços considerados importantes no cuidado à saúde. Mesmo que alguns autores, como Rosana Barbosa (2003), apontem para uma falta de democracia na criação de acesso na saúde pública, reforçando situações de desigualdades, o que se mostra marcante na construção de programas públicos de reprodução assistida é a proposta de que todos as pessoas tenham direito à filiação biológica. Ou, pelo menos, que não sejam privados da satisfação deste desejo devido à classe social a qual pertencem, já que as despesas com o tratamento podem chegar a R\$ 12 mil por tentativa.

A utilização tecnológica no âmbito público pouco foi problematizada, levando-se em consideração a quantidade de literatura e debates feministas de qualidade em torno do tema. As discussões políticas não incorporaram ainda debates sobre relações de gênero, naturalização e desnaturalização do feminino, por exemplo, que é uma das principais discussões trazidas por este artigo. Nesse sentido, a criação de programas de reprodução assistida, sejam públicos ou privados, parece reforçar moralidades tradicionais enquanto poderiam ser grandes protagonistas da transformação moral da sociedade brasileira, especialmente na construção do feminino e da sexualidade.

O que se tem visto é que os próprios programas reforçam a lógica naturalizante do feminino e da heterossexualidade ao priorizarem o acesso a casais heterossexuais sem filhos, deixando de fora homossexuais ou pessoas com desejo de filiação sem relações sexuais. Programas de reprodução assistida são veiculados, normalmente, a pessoas que comprovem a incapacidade de ter filhos em termos médicos, ao contrário da infecundidade ou não filiação biológica por causa de escolhas sexuais (Diniz & Costa 2005).

O que foi percebido durante a pesquisa aqui analisada é que a infertilidade, mais do que inserida em um

contexto de necessidade de serviços de tratamento, é inerentemente um campo de conflito moral. Conflito moral na definição do feminino, na definição da sexualidade, na definição das pessoas elegíveis aos programas de reprodução assistida. É um campo de conflitos entre moralidades tradicionais e possibilidades de redefinições do mundo moral das sociedades ocidentais.

Entretanto, a questão mais marcante sobre a infertilidade é de como ela se configura como um problema, doença e até deficiência, merecendo atenção médica de alta complexidade a partir de uma definição moral sobre o que deve ser o feminino. A pesquisa indica que é exatamente a lógica feminino-natureza-reprodução a incentivadora do sofrimento diante da infertilidade pela incapacidade de redefinição do feminino em outros termos que não a capacidade reprodutiva.

Triste, já que tenho pretensões de ser mãe futuramente. Buscaria todas as opções que a medicina tem a oferecer e, em último caso, partiria para uma adoção. (M06).

Mesmo quando não há expectativa de viver a experiência da maternidade, como algumas mulheres afirmaram nunca ter feito planos de ter filhos, é a capacidade reprodutiva debilitada a causa do sofrimento psicológico de mulheres. A dificuldade de pensar em outras formas de satisfação e completude do feminino parece estar intimamente ligada à naturalização do feminino nas sociedades ocidentais.

A demanda político-feminista de Linda Alcoff (2001) ao falar que desestabilizar uma identidade fixa feminina é uma boa proposta para permitir ações que estimulem a formação de novos significados para o feminino, para o ser mulher, ou ainda para a inserção de diversidades de identidades femininas no espaço político. Como proposto ao longo do texto, a infertilidade se coloca em um lugar paradoxal na nossa realidade social, abrindo espaços tanto para ressignificar o feminino distante da lógica natureza-reprodução quanto permite a reinserção de mulheres nesta lógica através de outros mecanismos como a reprodução assistida e a adoção (que pode ter diversas interpretações, como apontado).

Outro exemplo de perspectiva teórica desnaturalizadora é a de Donna Haraway (1995). Para desestruturar uma suposta essência feminina e falar de novas possibilidades para o feminino, essa autora propõe o *ciborgue*, uma estratégia política de que permite retirar o humano da estruturação do conceito de Homem, construído desde a cultura clássica grega como o branco, detentor de poder, o senhor. O *ciborgue* não é em nada natural; ao contrário, é puro artifício. Um híbrido entre humano e máquina. Não é construído por outras mãos que não a humana. A força-argumentativa de Haraway encontra-se neste ponto: seres humanos são construção humana.

Esta metáfora-chave permitiria a redefinição dos seres humanos transcendendo aos essencialismos e ao representacionismo (Arditi 1995). É a tradução do desafio da reconstrução de novas práticas sociais que incorporem a diferença, seja ela qual for, e não a transformem em desigualdade de poder a partir do argumento da natureza.

Sendo assim, o *ciborgue* é a figura desestabilizadora das noções sociais pautadas na naturalização humana, em especial da naturalização feminina, minando a idéia de natureza humana. O mérito desses dois artifícios teóricos diferenciados dos estudos feministas é exatamente questionar a existência do natural: para as duas autoras, não existe natureza e os comportamentos, cultura e noções identitárias são frutos históricos das próprias relações humanas.

Para Alcoff e Haraway, a ressignificação do feminino só será possível com a desnaturalização do gênero como primeiro passo para retirá-lo do campo de uma socialização baseada na idéia de reprodução biológica e social. Entretanto, é necessário compreender que, como as respostas das jovens mulheres apontam, a luta feminista por ações que gerem outras possibilidades de pensar e existir no feminino ainda parecem distantes pela força histórica e social do imperativo da reprodução e da vinculação do ser mulher à uma natureza ou essência da maternidade como virtude universal.

Considerações finais

O panorama de mentalidades traçado por este artigo demonstra que o sofrimento das mulheres diante da expectativa da infertilidade é tão intenso que a incapacidade de gerar filhos biologicamente vinculados transmuta-se em deficiência, pelo menos nos termos das perspectivas teóricas apresentadas. O sofrimento da infertilidade é confinado ao privado, configura-se como debilidade e frustração e é ameaçador da identidade de mulheres na concepção tradicional do feminino.

Embora o feminino construído sobre o imperativo da reprodução biológica e social seja um problema e a proposta feminista deste trabalho é de que seja de fato redefinido, o que se notou é que mesmo com a ruptura do sentido de vida das mulheres pesquisadas ao pensarem no impacto da infertilidade, há pouca possibilidade de redefini-lo em outros termos que não a lógica feminino-natureza-reprodução.

O feminino é colocado em um local dialético: a infertilidade pode ser tanto o contexto da possibilidade de redefinição sobre outra lógica menos opressiva ou mais libertária, diante da ruptura do que seria considerado natural, quanto pode ser um momento de reforço da naturalização do feminino. E é esta característica ou aspecto paradoxal que transforma o tema das novas tecnologias conceptivas em um espaço de debates instigantes para teóricas feministas preocupadas com a formulação de políticas públicas de saúde.

As propostas para a construção da experiência feminina em outras lógicas não têm sido levadas em consideração na criação de políticas de saúde conceptiva de mulheres, embora muitas feministas brasileiras trabalhem com o tema. A incorporação da definição tradicional do feminino pelos programas de reprodução assistida, ao invés de incentivar o questionamento do desejo por filhos, oferece às mulheres a medicalização dos seus corpos, a docilização de seus seres, para a reintrodução na normalidade. O que tudo indica é que a concepção

da infertilidade como doença ou deficiência é um dos maiores impulsionadores do aumento de clínicas especializadas em reprodução.

É a partir destas considerações sobre naturalização do feminino e constituição da infertilidade como deficiência que as políticas em relação às tecnologias reprodutivas deveriam ser formuladas. Para possibilitar políticas de saúde menos discriminatórias e que promovam a igualdade de gênero, é essencial refletir sobre os símbolos culturais formadores do imaginário social das populações.

Notas

1. “A infertilidade tem sido definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a incapacidade de um casal conseguir a gravidez ou o parto de um bebê vivo após um ano de relações sexuais regulares sem o uso de métodos anticoncepcionais, aumentando sua possibilidade de ocorrência com a idade, sendo que um em cada quatro casais com mais de 35 anos sofrerá de infertilidade” (Borlot & Trindade 2004).

2. “A resposta que Kant deu à sua pergunta – Como a natureza é possível? – é de valor para a filosofia da vida. Este valor tem a ver com a liberdade que o ego ganhou, graças a Kant, em detrimento da natureza... a existência natural foi subordinada à vontade do ego.” (Simmel 1971: 04, tradução livre, com grifo no original)

3. A única regulamentação é do Conselho Federal de Medicina, resolução 1358/1992, embora haja projetos de lei tramitando, com lentidão, no Congresso.

Referências bibliográficas

Alcoff L. Feminismo cultural *versus* posestructuralismo: la crisis de identidad en la teoría feminista. In: Nuevas Direcciones. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica; 2001.

Arditi J. Analítica de la postmodernidad. In: Haraway D. Ciencia, cyborgs e mujeres. La reinención de la naturaleza. Madrid: Ediciones Cátedra; 1995.

Barbosa R. Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas: produzindo classes distintas de mulheres? Brasília: LetrasLivres; 2003.

Beauvoir S. The Second Sex. London; 1974.

Corrêa MV. Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: limites da biologia ou biologies sem limites? Rio de Janeiro: Ed Uerj; 2001.

Diniz D. Conflitos morais e bioética. Brasília: LetrasLivres; 2001.

Diniz D, Costa R. Infertilidad e Infecundidad: acceso a las nuevas tecnologías conceptivas. In: Sexualidad, estigma y derechos humanos. Lima; 2005.

Garrafa V et al. Expectativa de mulheres à espera de reprodução assistida em hospital público do DF – estudo bioético. Rev Assoc Med Bras. 2007;53(1).

Haraway D. Ciencia, cyborgs e mujeres. La reinención de la naturaleza. Madrid: Ediciones Cátedra; 1995.

Ortner, S. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: Lamphere L, Rosaldo MZ, editores. A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1979.

Rosaldo MZ, Lamphere L. Introdução. A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1979.

Rouanet S. Prefácio. In: Diniz D. Conflitos morais e bioética. Brasília: LetrasLivres; 2001.

Simmel G. A Moldura. Um ensaio estético. In: Souza J, Öelze B, organizadores. Simmel e modernidade. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 1971.

Simmel G. On individuality and social forms. Chicago e Londres: The University of Chicago Press; 1971.

Schutz A. Fenomenologia das relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores; 1979.

Teixeira C. O mundo das mulheres. [Dissertação de mestrado em Antropologia] Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro; 1991. 

Sobre o autor

Izis Morais Lopes dos Reis

Assistente social e mestre em Antropologia, ambos pela Universidade de Brasília. Atualmente, é professora substituta do Departamento de Serviço Social desta mesma universidade, onde leciona disciplinas nas temáticas de Ética, Gênero e Saúde, com enfoque em políticas públicas e diversidade sexual.